



PREFEITURA DE
ITABIRITO

PROJETO DE LEI Nº 79, de 19 de junho de 2020.

Inclui dispositivo no Plano Plurianual de Investimentos vigente – PPA 2018/2021.

Art. 1º - Fica incluído no Anexo II da Lei Municipal nº 3236, de 30 de novembro de 2017, o PPA 2018-2021, no quadro de Ações Integrantes do programa, no Programa 0892 - Bloco Proteção Social Especial Média Complexidade, o seguinte:

I
Programa.....0892 Bloco Proteção Social Especial Média Complexidade
Órgão.....02 PREFEITURA MUNICIPAL
Unidade.....02.014 SEMAS-SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-unidade..... 02.014.001 FDO MUNIC. ASSIST.SOCIAL
Função..... .02.014.001.08 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Sub-Função..... 02.014.001.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente
Ação.....02.014.001.08.243.0892.1886 Obr.Ampl.Equip.Mater.Perm.Crianç.Adol.

Valor estimado p/ 2020: R\$ 850.000,00

Valor estimado p/ 2021: R\$ 850.000,00

Art. 2º - Esta Lei entrará **em vigor na data de sua publicação**, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Itabirito, 19 de junho de 2020.

Orlando Amorim Caldeira
PREFEITO MUNICIPAL

PROTOCOLO

DATA 11

RECEBIDO POR



PREFEITURA DE
ITABIRITO

Av. Queiroz Júnior, 635 ▶ cep 35450-000 | Itabirito ▶ Minas Gerais



PREFEITURA DE
ITABIRITO

Itabirito, 19 de junho de 2020.

Ofício nº 274/2020-GP
Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Pelo presente, encaminhamos à análise de V. Exa. e dos nobres Edis, a fim de ser submetido à deliberação dessa Augusta Câmara Municipal, o Projeto de Lei anexo, que *"Inclui dispositivo no Plano Plurianual de Investimentos vigente - PPA 2018/2021"*.

Senhor Presidente, em face da relevância da matéria tratada nesta proposição, esperamos que essa Egrégia Câmara conceda o seu apoio ao presente Projeto de Lei, apreciando-o **em regime de urgência** e aprovando-o com a maior brevidade possível.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos seus ilustres pares, a expressão do meu elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Orlando Amorim Caldeira
PREFEITO MUNICIPAL

Exmo. Sr.
RENÊ AMÉRICO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de
ITABIRITO – MG.



PREFEITURA DE
ITABIRITO

Av. Queiroz Júnior, 635 ► cep.35450-000 | Itabirito ► Minas Gerais



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Exmo. Sr. Presidente,
Exmos. Srs. Vereadores, Sr^a. Vereadora,

Com as nossas cordiais saudações, encaminhamos este projeto de lei para viabilizar a execução orçamentária do Termo de Compromisso firmado entre o Ministério Público e o Município de Itabirito, cujo objeto implica na destinação de parte da medida compensatória a ser paga pela empresa Herculano Mineração Ltda., com a finalidade de construção de um projeto de educação ambiental e abrigo institucional sustentável para acolhimento provisório de adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva prevista no Art. 101 da Lei 8.069/90.

Informamos que a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99) determina ao Poder Público, nos termos dos Art. 205 e 225 da CF/88, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

O que o acolhimento é um serviço público, já que satisfaz as necessidades da coletividade, visando o bem – estar socioambiental e deve proporcionar o desenvolvimento de atividades em regime de coeducação e a participação na vida da comunidade local.

A população da cidade vem crescendo e dessa forma aumenta de igual modo as necessidades sociais de acolhimento e abrigamento de adolescentes, sendo vedado por força de lei, ao município esquivar-se de tais obrigações;

Há na sociedade um aumento exponencial no uso e abuso de drogas, sendo a vítima favorita do tráfico os menores de idade, em especial aqueles que encontram-se em situação mais vulnerável;

Há também, em toda a sociedade brasileira, não sendo diferente em nossa cidade, inúmeras famílias em condições de fragilização e/ou rompimentos dos vínculos familiares e de direito, com fortes fatores de desagregação, como abuso de álcool e drogas, pais cumprindo pena, e abandono afetivo e intelectual;

Desta forma, os organismos internacionais e nacionais, instituições públicas e privadas, tem aumentado as exigências por melhorias e apresentações de resultados concretos no acolhimento do menor em estado de vulnerabilidade;

Com isso, a concretização e cumprimento do Termo de Compromisso firmado com o Ministério Público, na realização de um projeto de tal monta irão, indubitavelmente, projetar Itabirito no cenário Estadual, Nacional e até mesmo Internacional como cidade exemplo de acolhimento e de amparo aos adolescentes;





Tal projeto poderá, e certamente irá transformar toda uma geração de jovens, para o despertar de uma consciência ecológica. Questão da mais alta relevância no mundo moderno, pois, o prédio deverá ser construído de maneira ecologicamente correta minimizando os impactos da construção e aproveitando ao máximo os bens naturais, como a luz natural, a ventilação natural, o aproveitamento das águas das chuvas, etc., motivo pelo qual, propiciará além do acolhimento institucional, a interfase com as instituições escolares de Itabirito e até, quem sabe, de outros municípios;

O cumprimento do Termo de Compromisso também proporcionará e fomentará a iniciação científica com o fornecimento de bolsa de estudo para alunos dos ensinos fundamental, médio e superior do Município;

Além disso, objetiva-se proporcionar aos adolescentes institucionalizados o desenvolvimento de atividades coeducacionais, participando ativamente da vida da comunidade local e com aprofundamento na formação socioambiental;

Segundo o Ministério Público no Termo de Compromisso firmado, atualmente, o Município dispõe de serviço de acolhimento institucional prestado por entidade não governamental, contudo, a estrutura física entidade não atende as exigências constantes do documento "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes", aprovado pela Resolução Conjunta do CONANDA/CNAS nº 01/200, tampouco os critérios de acessibilidade previstos na Lei 10.098/2000;

A não aplicação do recurso ocasionará o descumprimento das obrigações impostas pelo Termo de Compromisso, implicando na devolução da quantia e multa diária.

Diante dos fatos narrados acima, o referido projeto se faz necessário uma vez que não foi previsto no orçamento vigente e por determinação da Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 5º, a viabilização orçamentária implica em compatibilização dos instrumentos legais de controle do erário, quais sejam o PPA, a LDO e a LOA, sendo que **este projeto de lei se refere à inclusão de dispositivo do Plano Plurianual.**

Assim, é chegada a vez da Câmara Municipal de apreciar o presente projeto para beneficiar gerações futuras.

Por ser matéria de interesse da Municipalidade e por ser providência em cumprimento da determinação do Ministério Público, contamos com a sua unânime aprovação em regime de urgência.

Itabirito, 18 de junho de 2020.


Orlando Amorim Caldeira
PREFEITO MUNICIPAL